

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

3

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

3

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sulivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 3

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 3 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-494-5
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.945210907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “***A Educação em Verso e Reverso: Dos Aportes Normativos aos Aspectos Operacionais***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Maristela Pedrini

Lezilda Maria Teixeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109071>

CAPÍTULO 2..... 5

ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, DIÁLOGOS E REFLEXÕES

Sebastiani Stamm Hirsch Brambilla

Luana Kunzler

Taita Lima do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109072>

CAPÍTULO 3..... 14

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALFABETIZAÇÃO ECOLÓGICA: CONTEXTO, FORMATAÇÃO E DESAFIOS

Thaís Dalla Corte

Tiago Dalla Corte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109073>

CAPÍTULO 4..... 31

AVALIAÇÃO DO ALUNO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O QUE PENSAM E DIZEM OS/AS PROFESSORES/AS EM UMA FORMAÇÃO CONTINUADA

Angela Maria Venturini

Mônica Pereira dos Santos

Jhonatan Felipe Sales de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109074>

CAPÍTULO 5..... 44

O TRANSTORNO DO DEFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: ALGUNS APONTAMENTOS

Danielly Berneck Côas Ribeiro

Sandra Aparecida Machado Polon

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109075>

CAPÍTULO 6..... 56

A DOCÊNCIA EM VIGOTSKY NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Thailma Thársila de Souza Viana

Leiliana Rebouças Freire

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109076>

CAPÍTULO 7	67
A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DE SABERES DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA NO ENSINO MÉDIO.	
Ivone da Silva Salsa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109077	
CAPÍTULO 8	77
INTEGRAÇÃO ENTRE O ENSINO DA ESCOLA REGULAR E ESCOLA HOSPITALAR DE CRIANÇAS EM TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE	
Marilene Pantoja Carvalho	
Rosilene Ferreira Gonçalves Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109078	
CAPÍTULO 9	85
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE O ENSINO NO CONTEXTO BRASILEIRO	
Thalyta Freitas dos Santos Laguna	
Ana Claudia Pinto da Silva	
Pâmela Schultz Danzmann	
Tanandra Hermanns	
Juliane Marschall Morgenstern	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109079	
CAPÍTULO 10	94
“ACENDE OU NÃO?” TESTANDO A CONDUTIBILIDADE DOS DIFERENTES MATERIAIS	
Mailzia Silva da Silva	
Elinalva Santos Pimentel	
José Fernando Pereira Leal	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090710	
CAPÍTULO 11	103
ESPERANÇAR: MOVIMENTO QUE IMPULSIONA O DESPERTAR PARA UMA NOVA VIDA	
Mônica Aparecida De Oliveira Cruz	
Lúcia Helena Borges De Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090711	
CAPÍTULO 12	112
O PINTEREST PARA CRIAÇÃO DE UM MUSEU IMAGINÁRIO	
Jéssica de Castro Lima Nunes	
Maria Antonia Benutti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090712	

CAPÍTULO 13	120
ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA FREIRIANA: DIÁLOGO COM AS PERCEPÇÕES DAS EDUCADORAS E DAS EDUCANDAS SOBRE O PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Guilhermina Maria Pimentel da Silveira Maria das Dores Alves Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090713	
CAPÍTULO 14	131
A PRODUÇÃO DE VIDEOAULAS SOBRE FUNÇÕES QUADRÁTICAS A PARTIR DE UM TRABALHO COM MODELAGEM MATEMÁTICA	
Elisangela Pavanelo Emanuely Alencar de Melo de Paula	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090714	
CAPÍTULO 15	145
CAUSAS DE EVASÃO DE UM CURSO PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
Miralva Ferraz Barreto Marizete Argolo Teixeira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090715	
CAPÍTULO 16	155
A PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: PANORAMA CAPIXABA	
Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves Cirlene Maria Lepaus Flavio Lopes dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090716	
CAPÍTULO 17	164
APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS NOS CURSOS DE TECNOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	
João Evangelista de Souza Ivonete Ferreira de Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090717	
CAPÍTULO 18	176
PSICOLOGIA, ARTE TEATRAL E EDUCAÇÃO: DRAMA – PROCESSO E SUAS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO HUMANO	
Ana Cristina Paes Leme Giffoni Cilião Torres	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090718	
CAPÍTULO 19	186
GESTÃO DEMOCRÁTICA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Kelly Glauce da Silva Rosário	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090719	

CAPÍTULO 20	199
REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS	
Walace de Souza Almeida	
Irisneia Brito e Silva	
Walber Gonçalves de Abreu	
Marcelo Spitzner	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090720	
CAPÍTULO 21	208
ARTE, TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA: ASPECTOS ONTOLÓGICOS	
Karina Gil Montefusco dos Santos	
Regiane Ávila	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090721	
CAPÍTULO 22	220
O CONTEXTO POLÍTICO-HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E A JORNADA DE TRABALHO DOCENTE NA REDE DE ENSINO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	
Zelina Cardoso Grund	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090722	
CAPÍTULO 23	236
REFLEXÕES ACERCA DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM PORTUGAL	
Allana Ladislau Prederigo	
Letícia Soares Fernandes	
Mariangela Lima de Almeida	
Rafael Carlos Queiroz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090723	
CAPÍTULO 24	247
TROCA DE SABERES ENTRE PROFESSORA DE MATEMÁTICA E ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Amanda Conceição Almeida Guimarães	
Juliano Delabianca	
Jaqueline Magalhães Brum	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090724	
CAPÍTULO 25	262
A INCLUSÃO DOS ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA NA UNESC: A EXPERIÊNCIA DO SAMA (SETOR MULTIFUNCIONAL DE APRENDIZAGEM)	
Zélia Medeiros Silveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090725	
SOBRE O ORGANIZADOR	270
ÍNDICE REMISSIVO	271

REFLEXÕES ACERCA DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM PORTUGAL

Data de aceite: 21/06/2021

Data de submissão: 05/04/2021

Allana Ladislau Prederigo

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória – ES
<http://lattes.cnpq.br/0594564884765331>

Letícia Soares Fernandes

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória – ES
<http://lattes.cnpq.br/7887681168327293>

Mariangela Lima de Almeida

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória – ES
<http://lattes.cnpq.br/0529970839857956>

Rafael Carlos Queiroz

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória – ES
<http://lattes.cnpq.br/4292356485093585>

RESUMO: Observa-se nas últimas décadas um movimento global de ampliação do diálogo sobre a educação inclusiva, que tem como ponto de partida a defesa pelo acesso igualitário de todos à educação. O artigo traz reflexões oriundas de dois estudos de iniciação científica, que buscaram entender como se dá a educação inclusiva em diferentes contextos, uma vez que o processo de inclusão é entendido como contexto global, tendo como objetivo compreender a transição vivida pelos profissionais da educação de um agrupamento de escolas de Famalicão/

Braga/Portugal, a partir da implementação do Decreto-Lei nº 54/2018. Além disso, tece diálogos entre a referida legislação e as narrativas dos profissionais a partir dos espaços discursivos constituídos na visita técnica realizada em outubro de 2019. Fundamenta-se na metodologia de estudo de caso com uma abordagem comparada, conversando com a Teoria do Agir Comunicativo de Habermas (1987), dando destaque ao conceito de discurso. Os dados foram produzidos por meio de análise documental e espaços discursivos constituídos com os profissionais da educação na visita. Como resultados destaca-se que, no ano em que se deu a produção de dados, ainda havia, no contexto escolar, um processo de transição para atender o Decreto-Lei, mas os profissionais demonstraram afinidade com determinações do Decreto. Compreende-se ainda que o Decreto-Lei reafirma o compromisso com a educação inclusiva do país, trazendo uma nova organização no intuito de melhor atender o processo de inclusão. Por último, destaca-se o papel fundamental dado a equipe multidisciplinar no processo de intervenção e acompanhamento dos alunos contemplados pela educação inclusiva.

PALAVRAS - CHAVE: Educação Inclusiva. Estudo Comparado. Teoria do Agir Comunicativo. Profissionais da educação.

REFLECTIONS ABOUT INCLUSIVE EDUCATION POLICIES IN PORTUGAL

ABSTRACT: In the last few decades, there has been a global movement to expand the dialogue on inclusive education, which has as its starting

point the defense of equal access to education for all. The article brings reflections from two scientific initiation studies, which sought to understand how inclusive education takes place in different contexts, since the inclusion process is understood as a global context, with the objective of understanding the transition experienced by education professionals in a grouping of schools in Famalicão / Braga / Portugal, following the implementation of Decree-Law No. 54/2018. In addition, it weaves dialogues between the referred legislation and the professionals narratives from the discursive spaces constituted in the technical visit carried out in October 2019. It is based on the case study methodology with a comparative approach, related to the Theory of Communicative Acting de Habermas (1987), highlighting the concept of discourse. The data were produced through documentary analysis and discursive spaces created with education professionals during the visit. As a result, it is noteworthy that, in the year in which data were produced, there was still, in the school context, a transition process to comply with the Decree-Law, but the professionals showed affinity with the determinations of the Decree. It is also understood that the Decree-Law reaffirms the commitment to inclusive education in the country, bringing a new organization in order to better serve the inclusion process. Finally, we highlight the fundamental role given to the multidisciplinary team in the process of intervention and monitoring of students contemplated by inclusive education.

KEYWORDS: Inclusive Education. Comparative Study. Theory of Communicative Acting. Education professionals.

1 | INTRODUÇÃO

No final do século XX, inicia-se um movimento global de ampliação do diálogo sobre a Educação Inclusiva, que tem como ponto de partida a defesa pelo acesso igualitário de todos à educação. Entretanto, esse movimento não se configura como linear e igual em todos os contextos, pelo contrário, a Educação Inclusiva se desenvolve com diferentes características entre os países, de acordo com os contextos políticos, econômicos e sociais.

Levando em conta essa influência principalmente no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência, citaremos aqui dois documentos que tiveram influência mundial. O primeiro é a Declaração dos Direitos Humanos (1948) no qual concebeu todos os seres humanos como sujeitos de direitos, dessa forma, esse documento traz a humanidade para os indivíduos que durante muito tempo foram considerados e tratados de formas desumanas e sem direitos algum.

O segundo é a Declaração de Salamanca (1994), um dos primeiros documentos que trazem o termo educação inclusiva, que tem como princípio o acesso à educação nas escolas comuns para todos, independente de quaisquer dificuldades que possam ter ao longo desse processo. Além disso, neste documento fica claro que as escolas inclusivas devem conhecer as necessidades de seus alunos, buscando meios para assegurar o aprendizado de todos.

Entretanto, pesquisas como de Rodrigues (2006) apontam que há distorções quanto à condição e construção de uma escola inclusiva, pois há uma crença de que basta a inserção do aluno e/ou o ato da matrícula para que a escola seja inclusiva. Enfatizamos

nossa discordância com essa afirmação, pois temos como ponto norteador que o processo de inclusão de todos os alunos requer além da garantia de acesso à sala comum, mas perpassa aos recursos físicos, financeiros e humanos.

No contexto deste movimento global, destacamos que a agenda 2030 para a educação (ONU, 2015), formulada pelos 193 estados-membros da mesma, se compromete e determina como uma meta a ser alcançada até 2030 "[...] eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com **deficiência**, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade" (ONU, 2015, grifo nosso).

Neste texto buscamos compreender, em específico, a perspectiva inclusiva dos processos educacionais de Portugal, pois acreditamos que a reflexão sobre a educação inclusiva em diferentes contextos pode contribuir no diálogo e na análise dos movimentos locais nos municípios do Espírito Santo realizados pelo grupo de pesquisa "Formação, Pesquisa-ação e Gestão em Educação Especial (Grufopees - CNPq/UFES), ao qual fazemos parte.

A necessidade de ampliar nossos olhares para diferentes contextos educativos como o de Portugal corrobora com o Grufopees que nos últimos anos têm se dedicado, entre outras demandas, a entender e analisar diferentes contextos da educação inclusiva em âmbito internacional (ALMEIDA; CAETANO, 2019). Assim, nos anos de 2018 e 2019 o Grupo realizou visitas técnicas-acadêmicas ao distrito de Braga/Portugal, em parceria com a Universidade do Minho, construindo relações entre as universidades luso-brasileiras.

Nesse sentido, o presente estudo constitui-se a partir da pesquisa atual do Grufopees e de duas pesquisas de iniciação científica. Toma como perspectiva metodológica o estudo de caso com abordagem comparada. Essas pesquisas almejam compreender as práticas pedagógicas, a gestão pública e a formação de professores em municípios capixabas e no contexto portugueses.

Dessa forma, Fernandes (2013) aponta que as políticas educativas relacionadas à educação especial no país em questão acompanharam e aderiram às experiências com evoluções positivas de outros locais e as recomendações realizadas por organismos internacionais, sendo o termo Necessidades Educativas Especiais (NEE) utilizado para indicar o público contemplado pela política.

Essa concepção é assumida pela Lei de Bases do Sistema Educativo - LBSE - (PORTUGAL, 1986) que define pela primeira vez como direito a matrícula nas escolas comuns daqueles que estavam matriculados em escolas especiais, ou seja, que permaneciam até então segregados.

Entretanto, de acordo com Borges (2019) o direito à educação e à integração escolar em Portugal só teve plena concretização nos anos 90, por influência da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e da Declaração de Salamanca (1994) citada anteriormente, que advogaram a favor do direito de todos à educação e à participação

efetiva na sociedade e na escola.

No sentido de dialogarmos com o contexto português em se tratando da educação numa perspectiva inclusiva, nesta pesquisa buscamos compreender a transição vivida pelos profissionais da educação a partir da implementação do Decreto-Lei nº 54/2018. Para tanto, procuramos tecer diálogos entre a referida legislação e as narrativas dos profissionais a partir dos espaços discursivos constituídos na visita técnica em outubro de 2019.

O estudo fundamenta-se na Teoria do Agir Comunicativo de Habermas (1987), alicerçados em seu conceito de discurso (HABERMAS, 2004). Dialogamos com outros atores que tomam essa perspectiva teórica para compreensão e análise de contextos educacionais (DEVECHI, 2010; ALMEIDA, 2010). Segundo Almeida (2010), o filósofo alemão Jurgen Habermas é considerado um dos mais importantes intelectuais da segunda metade do século XX e sua Teoria enfatiza a importância da argumentação e do diálogo no estabelecimento da racionalidade das proposições.

A seguir falaremos sobre o desenvolvimento teórico-metodológico da pesquisa. Logo após, realizaremos uma triangulação entre as narrativas dos espaços discursivos, o Decreto-Lei nº 54/2018 e a literatura.

2 | PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Do ponto de vista teórico-metodológico, essa pesquisa se constitui como uma pesquisa qualitativa, alicerçada em um estudo de caso, que segundo André (2013, p. 97), focaliza "[...] um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas múltiplas dimensões. Valoriza-se o aspecto unitário, mas ressalta-se a necessidade da análise situada e em profundidade".

Assim, buscamos uma perspectiva metodológica que nos permite além compreender a realidade portuguesa, entender e refletir sobre a nossa própria prática e a nossa realidade capixaba. Dito isso, nos ancoramos em uma abordagem comparada, visando ultrapassar as dimensões do discurso comparatista sustentado no determinismo e no pragmatismo como aponta Malet (2004).

A aproximação com a realidade portuguesa inicia-se em 2018 por meio de visita técnico-científica à Universidade do Minho (Braga/Portugal), que possibilitou o diálogo com professores e outros profissionais que desenvolvem estudos e ações formativas para professores da educação básica considerando os processos de inclusão dos alunos público-alvo da educação especial, bem como o fortalecimento da internacionalização do grupo de pesquisa.

Essa parceria entre universidades resultou na segunda visita técnico-acadêmica realizada em outubro de 2019 ao agrupamento de Vila Nova de Famalicão, em Braga/Portugal, na qual estiveram presentes a professora doutora e líder do Grufopees, três alunas da graduação, dois alunos da pós-graduação e duas recentes mestres pela Universidade,

além de três gestoras de duas redes de ensino capixabas e uma professora doutora de outra instituição capixaba.

O locus da pesquisa, Vila Nova de Famalicão, é uma cidade que fica localizada no extremo norte de Portugal, fazendo parte do distrito de Braga. O agrupamento de Famalicão é composto por 14 escolas básicas e no ano de 2019 possuía 19.597 alunos matriculados no ensino não superior, de acordo com o Pordata¹ (Base de Dados Portugal Contemporânea).

Nessa visita realizamos *espaços discursivos* com diferentes profissionais da educação inclusiva do agrupamento de escolas Vila Nova de Famalicão. Os espaços discursivos tomam como princípio a concepção de Discurso em Habermas (2004). Segundo autor, os discursos filtram aquilo que é racionalmente aceitável para todos, separando as crenças questionáveis daquelas que recebem um status temporário de conhecimento não problemático, funcionando como "máquinas de lavar" (p. 63). É nesse contexto em que analisamos os discursos produzidos em nossos espaços discursivos, uma vez que os entendemos como momentos para legitimação da verdade problematizada.

Foram realizados quatro espaços discursivos: 1º - coordenadora da educação inclusiva e coordenadora do primeiro ciclo; 2º - professores da educação inclusiva do agrupamento; 3º - equipe multidisciplinar; e o 4º - coordenadora do Centro de Formação Agrupamento de Escolas Vila Nova de Famalicão, em Braga/Portugal. Cabe destacar que no presente texto focaremos os três primeiros espaços discursivos.

Nesse sentido, temos como autores-participantes as alunas da graduação, os alunos da pós-graduação e a professora líder do Grufopees (CNPq/UFES), da Universidade Federal do Espírito Santo, bem como nove profissionais da educação inclusiva, entre coordenadoras e professores integrantes da equipe multidisciplinar do agrupamento de Vila Nova de Famalicão, em Braga/Portugal. Os dados foram produzidos nos três espaços discursivos, utilizando os instrumentos de gravação e transcrição de áudios, diário de campo e observação participante.

Os dados dos espaços discursivos, bem como os documentos legais de Portugal, foram analisados por meio de uma análise alicerçada no conceito de discurso em Habermas (2004). Segundo Devechi (2010), o discurso em Habermas "[...] funciona como atitude reflexiva provisória que oferece às certezas abaladas a possibilidade de retorno ao trato ingênuo do mundo" (p. 269), o que significa dizer que no discurso a verdade problematizada tem chance de ser validada e reintroduzida na ação.

Buscamos, alicerçados no agir comunicativo de Habermas (1987), a construção de conhecimentos com o *outro*. Assumindo como premissa que se substitui o sujeito solitário pelo sujeito-objeto, tomando o conhecimento como linguisticamente mediado, relacionado com o agir e com a prática cotidiana. Levando em conta que o processo cognitivo tem

¹ Disponível em: <<https://www.pordata.pt/Municipios/Alunos+matriculados+nos+ensinos+pr%c3%a9+ escolar++b%-c3%a1sico+e+second%c3%a1rio+total+e+por+n%c3%advel+de+ensino-166>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

caráter intersubjetivo e ao mesmo tempo cooperativo. Portanto, os espaços discursivos foram estabelecidos por meio da possibilidade de constituir uma comunidade intersubjetiva com base na fala argumentativa.

3 I OS ESPAÇOS DISCURSIVOS CONSTITUÍDOS PARA COMPREENSÃO DO DECRETO-LEI E DAS NARRATIVAS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

No que tange a educação inclusiva em Portugal, Borges (2019) nos diz que o governo, a partir do Decreto-Lei nº 3/2008, considera que existem estudantes que apresentam necessidades educativas especiais que implicam a adequação do processo de ensino e aprendizagem, e que dentro desse grupo encontram-se aqueles com necessidades permanentes, que também contam com o recurso da modalidade da Educação Especial.

Uma pesquisa realizada pela Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)² constatou que, entre os anos letivos 2016 a 2018, o número de educandos com necessidades especiais que passaram a frequentar as escolas regulares em Portugal aumentou em 7%. Esses números são resultados de intensas lutas e políticas públicas no país, o que também explica que [...] 98,9% das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais encontram-se matriculados nas escolas comuns portuguesas” (BORGES, 2019, p. 210).

No ano de 2018 houve implementação do Decreto-Lei nº 54/2018 que teve como objetivo reafirmar o compromisso do país com os alunos da educação inclusiva (PORTUGAL, 2018). Esse documento traz uma série de normativas que visam atender os educandos em suas particularidades e diversidades, acarretando um processo de transição dos profissionais da educação. Sobre a educação inclusiva a legislação nos diz:

Esta prioridade política vem concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social (PORTUGAL, 2018).

Instigados a compreender tal transição vivida pelos profissionais, teceremos a seguir um diálogo entre esta legislação, as falas dos profissionais nos espaços discursivos constituídos e nossa percepção pelo que foi vivenciado na visita.

Em um primeiro momento procuramos entender quais as principais mudanças que o Decreto-Lei causou na prática dos profissionais, neste sentido obtemos a seguinte resposta:

Nós temos de nos adaptar no nosso trabalho, há uma ligeira mudança, principalmente com as medidas adicionais. Então anteriormente nós tínhamos os chamados currículos especiais individuais, eles estão nas chamadas disciplinas práticas, ou seja, educação física, tecnológica, educação visual, música. [...] Normalmente nós temos um programa que é construído de acordo com a dificuldade de cada aluno e era mais currículo funcional, era

² Disponível em: <<https://www.dgeec.mec.pt/np4/96/>>. Acesso em 25 ago. 2020.

considerado um currículo funcional. Neste momento, há algumas diferenças que estamos a tentar, que os alunos estejam mais tempo possível no contexto de sala de aula (COORDENADORA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1º ESPAÇO DISCURSIVO, 14/10/2019).

A fala da coordenadora contempla o que está previsto na introdução do Decreto-Lei sobre as mudanças propostas, que entre outras, diz das alterações na forma como a escola, as estruturas de apoio e a equipe multidisciplinar organizam-se para a identificação, acompanhamento e monitorização das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, em função das características de cada aluno, reforçando o envolvimento dos docentes, dos técnicos, dos pais e/ou responsáveis, e do próprio aluno (PORTUGAL, 2018).

Além dessas mudanças, destacamos a fala da professora de educação especial, que nos diz que o Decreto-Lei focaliza o atendimento numa perspectiva educacional, buscando afastar-se da lógica clínico-terapêutica tão presente na educação das pessoas com deficiência.

Essa parte do alarmismo inicial de mudar o nome das coisas, sentimos eu senti que não é nada assim tão diferente! [] ela vai melhorar em termos de documentos estruturais, nós teremos muita papelada para preencher e agora estamos um bocadinho mais folgadas nessa parte burocrática, digamos assim. [...] E também foi foco deixar de ser da parte médica e passamos a ser foco voltado para a educação, **nós somos profissionais da educação e, portanto devemos valorizar aquilo que é educação, os aprendizados dos alunos e não se eles tem uma doença ou uma patologia** (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2º ESPAÇO DISCURSIVO, 15/10/2019).

Questionamos essa lógica enraizada historicamente na constituição da instituição escolar de que a deficiência está ligada ao não aprender, de que a falta de algo é intrínseco à pessoa com deficiência. Refutamos tal lógica, uma vez que entendemos que o estigma desses alunos acaba por contribuir na manutenção da exclusão e da desigualdade dentro da escola. Nesse contexto, Sobrinho, Sá e Pantaleão (2017) falam da disseminação de um conhecimento social fundamentado numa perspectiva médico-clínica que orienta esses modos de intervenção com as pessoas com deficiência.

Ainda se tratando da questão médica relacionada à educação inclusiva, a psicóloga do agrupamento de Famalicão nos diz o seguinte:

A qualquer momento que o professor da turma identifica a dificuldade no acesso ao currículo das crianças tendo um diagnóstico ou não, [...] é importante para a intervenção no centro de educação especial, não é importante para os professores que têm os alunos na turma que em qualquer momento que tenham dificuldade podem enviar também para cumprir essas medidas e não precisa de passar por processo algum, isso torna a resposta muito rápida, muito acelerada e responde no momento em que o aluno precisa. Antigamente não, esse processo poderia demorar ao menos dois meses [...] (PSICÓLOGA, 2º ESPAÇO DISCURSIVO, 15/10/2019).

Nessa perspectiva observamos a partir da fala da psicóloga que o processo de identificação e diagnóstico dos alunos sustentam-se no processo pedagógico. O Decreto-Lei

no artigo 20º diz que a identificação e o diagnóstico devem ser feitos o mais precocemente possível, por iniciativa da família, dos docentes ou de outros técnicos ou serviços que intervêm com a criança ou aluno, sendo encaminhados ao diretor. Este, por sua vez, deve solicitar à equipe multidisciplinar a elaboração de um relatório técnico-pedagógico, que fundamenta a mobilização de medidas seletivas e ou adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão (PORTUGAL, 2018).

Concluimos, portanto, que o diagnóstico das dificuldades e necessidades dos alunos, deve ser feito o mais rápido possível pelos profissionais da equipe multidisciplinar, que são profissionais majoritariamente da área da educação. Uma questão nos instiga: será que esse processo "acelerado" de identificação dos alunos que necessitam de atendimento da educação especial não pode trazer equívocos no diagnóstico dos alunos?

Corroboramos com Camizão (2016) quando nos diz que "[...] o diagnóstico que tem como objetivo garantir o atendimento adequado referente à saúde expande-se a outras áreas da vida efetivamente". Isto é, quando o diagnóstico é feito pela área da saúde, o atendimento educacional recebido pelos alunos terá influência dessa área, o mesmo acontece quando o diagnóstico é feito pela área pedagógica.

Visto que a equipe multidisciplinar agora desempenha um papel importante na educação inclusiva em Portugal, buscamos entender melhor quais as suas atribuições, quem são os profissionais que a compõem e, posteriormente, como funciona na prática. De acordo com Oliveira (2015), a equipe multidisciplinar incorpora diversos profissionais com um objetivo em comum, que neste caso, refere-se às necessidades do aluno, cada um dentro de sua área, trazendo contribuições para a resolução das necessidades de cada educando.

No Decreto-Lei a equipe multidisciplinar está descrita como um recurso organizacional específico do apoio à aprendizagem e à inclusão, composta por membros permanentes e membros variáveis. Sobre suas principais atribuições, no artigo 12º estão descritas como propor, acompanhar e monitorizar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem; e prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas (PORTUGAL, 2018).

Neste contexto, no terceiro espaço discursivo dialogamos com a equipe multidisciplinar no sentido de compreendermos o trabalho realizado. De acordo com a psicóloga, "[...] a equipe multidisciplinar que já vem a composição pré-definida, tem que ter um psicólogo, por exemplo, a saúde escolar, vários professores-coordenadores de vários anos de escolaridade e alguém da educação especial". Esses profissionais são permanentes na equipe, e de acordo com o caso de um aluno, outros profissionais ou familiares são convidados a análise das demandas.

[...] são convocados sempre os encarregados de educação, que no momento são os pais e se tiver terapeutas, ou seja, todos técnicos envolvidos no processo daquela criança. [...] somos uma equipe que mobiliza medidas e

estratégias para ajudar as crianças em detrimento de dificuldade que pode ser de natureza pedagógica, mas pode ser de natureza pessoal. É claro que nós aqui fazemos parte da equipe, mas também trabalhamos com eles, fazemos parte da intervenção. Mas o objetivo principal da equipe é mobilizar esses recursos [...]. (PSICÓLOGA, 3º ESPAÇO DISCURSIVO, 21/10/2019).

Assim, entendemos que a equipe multidisciplinar de Vila Nova de Famalicão é composta por membros da saúde escolar, por professores que são coordenadores dos variados anos escolares e pela professora/coordenadora da educação especial, sendo responsável por mobilizar medidas e estratégias no suporte às crianças com necessidades educativas especiais. Por isso, acreditamos que tais atribuições correspondem a um trabalho colaborativo realizado pela equipe no que tange a educação inclusiva.

Entretanto, os diálogos realizados nos fizeram questionar quais as relações estabelecidas dentro do contexto escolar entre os profissionais de Vila Nova de Famalicão. Os profissionais acreditam que para a inclusão ser realizada de fato, deve ser ter comprometimento de todos? Desta maneira, nos diferentes momentos e espaços buscamos questionar sobre a responsabilidade do processo de aprendizagem dos alunos da NEE. O trecho a seguir do diário de campo revela nossa percepção sobre o referido assunto:

Quando questionadas sobre a colaboração entre os diferentes profissionais no processo de ensino aprendizagem dos alunos, as professoras de educação especial sempre trazem em suas falas que há uma troca de ideias entre elas e os professoras da sala comum, estes ocorrem via e-mail institucional, em conversas não oficiais em corredores e banheiros assim como por telefone (DIÁRIO DE CAMPO, 15/10/2019).

Desta maneira, entendemos que os profissionais acreditam que o trabalho conjunto em prol da aprendizagem dos alunos deve ser realizado, porém, mesmo que o Decreto-Lei 54/2018 traga a necessidade de o ensino ser realizado de forma colaborativa, não se tem a garantia de espaços-tempos para que todos os profissionais possam realizar esse diálogo.

Concordamos com Marin e Moretti (2014) que dizem que o trabalho colaborativo se constitui em uma ação pedagógica que atende as demandas apresentadas tanto pelos estudantes com NEE, quanto por seus professores. Acreditamos que este trabalho deve se dar não apenas entre o professor da sala de aula comum e o professor da educação especial, mas sim entre todos os profissionais da escola.

Na pesquisa de Passos (2011) é evidenciado que o trabalho colaborativo entre os diferentes profissionais da escola acarreta um movimento positivo na aprendizagem de todos os alunos, uma vez que trabalhando em conjunto os profissionais conseguem identificar e atender as especificidades dos educandos, pois há partilha de informações. Vale destacar, que esse aspecto positivo vai além da relação professor e aluno, melhorando também as relações interpessoais entre os profissionais, que se apoiam mutuamente no processo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, destacamos que a educação inclusiva em Portugal em 2019 se encontrava em um processo de transição, mas que os profissionais participantes da pesquisa demonstraram em suas práticas e discursos uma afinidade com o que o Decreto-Lei nº 45/2018 traz em seu texto.

Assim, pudemos compreender por meio dos espaços discursivos constituídos na perspectiva do discurso em Habermas (2004) como se deu a transição vivida pelos profissionais do agrupamento de Vila Nova de Famalicão/Braga/Portugal no que tange a implementação do Decreto-Lei.

Evidenciamos que o Decreto-Lei veio para reafirmar e reorganizar o processo da educação inclusiva em Portugal, como também ter um olhar voltado para as práticas pedagógicas dos profissionais da educação envolvidos no processo. Entendemos que agora a equipe multidisciplinar possui um papel fundamental neste contexto, tecendo diálogos entre as diferentes profissionais, os pais e o aluno com necessidades educativas especiais, em um processo de colaboração.

Esse olhar para outros contextos da educação inclusiva nos permite um novo olhar para nossa realidade vivida em contextos capixabas. Os diálogos produzidos durante o percurso da pesquisa se constituem como conhecimentos a serem discutidos e analisados agora em nosso contexto. Desta forma, vamos ao encontro da teoria do agir comunicativo em Habermas (1987), na qual podemos repensar e reconstruir nossos conceitos, que mais uma vez serão postos em xeque.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. **Uma análise da produção acadêmica sobre os usos da pesquisa-ação em processos de inclusão escolar**: entre o agir comunicativo e o agir estratégico. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ALMEIDA, M. L.; CAETANO, E. S. A gestão pública da inclusão escolar: interfaces Brasil e Itália. In: Denise Meyrelles de Jesus. (Org.). **Estudo comparado internacional em educação especial**: políticas e práticas em diferentes cenários. 1ed. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2019, v. 01, p. 76-100.

ANDRE, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? Revista da FAEEBA – **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

BORGES, C. S. **Processos formativos, aprendizagem e desenvolvimento profissional de professores de Educação Especial**: Estudo comparado Brasil e Portugal. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

CAMIZÃO, A. C. **Conhecimentos, concepções e práticas de professores de educação especial**: o modelo médico-psicológico ainda vigora? 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH). **Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC/RIO)**. Jan. 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

DEVECHI, C. P. V. A racionalidade comunicativa de Habermas e a possibilidade de crítica e objetividade na produção do conhecimento educacional empírico. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 16, n. 31, p. 259-273, jul./dez. 2010.

FERNANDES, P. Políticas de educação especial em Portugal: uma análise a partir de um quadro de referência europeu. In: **Revista Acta Scientiarum**. Maringá, v. 35, n. 2, p. 201-211, Jul-Dez, 2013.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**: racionalidad de la accion y la racionalizacion social. Version de Manuel Jimenez Redondo. Madrid: Taurus, 1987. v. 1.

HABERMAS, J. **Verdade e Justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004.

MALET, R. Do estado-nação ao espaço-mundo: as condições históricas da renovação da educação comparada. **Educ. Soc.**, Campinas, v.25, n.89, p.1301-1332, 2004.

MARIN, M.; MARETTI, M. **Ensino Colaborativo**: estratégia de ensino para a inclusão escolar. I Seminário Internacional de inclusão escolar: práticas em diálogos. UERJ. 2014.

OLIVEIRA, A. P. S. **Concepções e práticas do trabalho da equipe multidisciplinar diante das crianças com necessidades educacionais especiais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Especial), Universidade do Minho, Braga, 2015.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2015. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

PASSOS, L. F. O projeto pedagógico e as práticas diferenciadas: o sentido da troca e da colaboração. In: Marli André (org.). **Pedagogia das diferenças na sala de aula**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

PORTUGAL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Educativo** nº 46/86 de 14 de outubro, 1986.

PORTUGAL. Decreto-Lei n. 54/2018, de 6 de julho de 2018. **Diário da República** n.º 129/2018, Série I, 2018.

RODRIGUES. D. Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. In: Rodrigues D. (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva**. S. Paulo. Summus Editorial, 2006.

SOBRINHO, R. C.; SÁ, M. G. S. C. de; PANTALEÃO, E. O *jogo* das Garantias dos Direitos Sociais das Pessoas com Deficiência. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1303-1317, out./dez. 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área de necessidades educativas especiais. Espanha, 1994.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acadêmicos com deficiência 13, 262, 263, 265, 266, 267, 268

Adaptação Curricular 155, 163

Alfabetização científica 10, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Alfabetização de Jovens e Adultos 12, 120, 121, 122, 123

Alfabetização ecológica 10, 14, 15, 16, 25, 27, 28, 29

Alunos 2, 7, 8, 10, 19, 21, 24, 32, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 60, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 123, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 149, 150, 151, 155, 160, 163, 164, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 183, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 204, 205, 206, 221, 223, 226, 227, 228, 232, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 259, 260, 263, 264

André Malraux 112, 113

Aprendizagem 12, 13, 1, 3, 6, 10, 11, 12, 14, 19, 20, 21, 25, 29, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 43, 46, 48, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 71, 74, 77, 80, 81, 82, 83, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 101, 106, 112, 113, 115, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 175, 180, 182, 184, 194, 196, 199, 204, 205, 206, 211, 224, 225, 226, 228, 229, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269

Aprendizagem Baseada em Projetos 12, 164, 165, 166, 168, 173, 174

Arte 12, 13, 66, 105, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 154, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 190, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 235

Arte-Educação 112, 113

Arte teatral 12, 176, 177, 178, 179, 181, 183, 184

Avaliação 10, 7, 11, 20, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 51, 52, 53, 54, 55, 60, 64, 67, 72, 74, 89, 90, 117, 125, 145, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 158, 160, 162, 166, 171, 172, 174, 220, 229, 230, 231, 235, 249, 252, 253, 261, 266

C

Cidadania 10, 11, 17, 20, 24, 30, 66, 106, 121, 122, 126, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 221, 227

Contexto 10, 11, 13, 2, 5, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 42, 45, 50, 56, 57, 58, 59, 60, 64, 72, 77, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 109, 112, 113, 123, 128,

133, 142, 156, 158, 161, 162, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 187, 191, 193, 202, 203, 204, 205, 207, 209, 214, 220, 222, 224, 231, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 265, 267

Contexto Histórico 16, 26, 85, 123

D

Democracia 9, 10, 112, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 195, 196, 197

Desafios 10, 12, 3, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 27, 36, 39, 41, 55, 75, 80, 85, 89, 90, 93, 104, 108, 109, 127, 143, 153, 161, 164, 165, 167, 186, 187, 189, 192, 194, 195, 197

Desenvolvimento Humano 12, 58, 61, 62, 63, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 215, 222, 226

Diálogo 12, 12, 22, 26, 27, 29, 41, 106, 117, 120, 125, 129, 151, 152, 159, 161, 162, 179, 180, 192, 195, 203, 217, 221, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 244, 250, 252, 253, 255, 259

Diversidade 22, 24, 28, 31, 35, 39, 46, 87, 90, 106, 186, 187, 188, 189, 195, 196, 197, 222, 264

Drama-Processo 176, 183, 184, 185

E

Educação 2, 9, 10, 11, 12, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 91, 92, 93, 99, 102, 103, 104, 106, 110, 111, 112, 113, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 137, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 176, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 206, 207, 208, 218, 220, 221, 222, 223, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 256, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270

Educação a Distância 12, 145, 146, 150, 151, 153, 154

Educação Ambiental 10, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 25, 26, 30

Educação de surdos 199, 200, 201, 202, 205, 206

Educação Especial 10, 12, 31, 32, 36, 40, 42, 43, 49, 53, 54, 55, 86, 89, 91, 92, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 186, 187, 197, 200, 206, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 252, 259, 260, 263, 269

Educação Inclusiva 11, 12, 13, 43, 53, 55, 85, 89, 92, 93, 155, 156, 157, 159, 160, 163, 186, 187, 188, 189, 192, 194, 197, 198, 200, 201, 206, 207, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 263, 264, 265, 267, 268

Educação Integral 13, 220, 221, 222, 229, 231, 233

Educação Matemática 131, 132, 134, 143, 144, 247, 249, 261, 270

Educação Permanente 145, 146

Educandos em Tratamento de Hemodiálise 77, 81

Eletricidade 94, 95, 96, 102

Ensino 11, 12, 13, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 42, 44, 49, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 85, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 128, 131, 132, 135, 137, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 150, 151, 154, 155, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 182, 183, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 240, 241, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 256, 259, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270

Ensino da Estatística 67

Ensino Fundamental 10, 32, 59, 69, 71, 72, 73, 74, 76, 80, 99, 113, 122, 137, 143, 191, 199, 200, 202, 222, 223, 225, 226, 228, 230, 232, 235, 247

Ensino Médio 11, 32, 59, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 76, 95, 137, 144, 223, 228, 230, 232, 234

Ensino Superior 12, 2, 3, 14, 16, 18, 22, 28, 29, 103, 106, 110, 164, 165, 167, 168, 169, 173, 174, 175, 262, 263, 264, 265, 268, 269, 270

Escola Hospitalar 11, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83

Escola Regular 11, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 161

Esperançar 11, 103, 104, 106

Estatística Descritiva 11, 67, 71, 72, 73, 74, 75

Estudo Comparado 236

Evasão 12, 59, 77, 80, 82, 83, 145, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 173

Experimentação 6, 94, 95, 100, 101, 102

F

Formação 10, 13, 1, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 21, 24, 29, 31, 32, 36, 39, 44, 45, 54, 55, 57, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 74, 75, 81, 88, 90, 102, 103, 105, 106, 115, 124, 134, 137, 143, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 153, 158, 159, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 172, 173, 177, 179, 180, 184, 185, 192, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 217, 218, 220, 221, 222, 224, 225, 228, 229, 231, 238, 240, 248, 249, 250, 251, 259, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270

Formação de Professores 1, 13, 31, 36, 44, 64, 143, 158, 201, 206, 238, 249, 263, 270

Formação docente 65, 67, 75, 200, 201, 203, 205

Formação Humana 13, 65, 106, 177, 208, 211, 217, 218

Formação Pessoal 103, 105

Funções Quadráticas 12, 131, 134, 137, 139, 140, 141, 142

G

Gestão Democrática 12, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197

H

Hiperatividade 10, 44, 45, 46, 47, 51, 52, 53, 55

I

Inclusão 13, 2, 11, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 42, 43, 44, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 122, 142, 161, 162, 186, 187, 189, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 204, 207, 224, 236, 238, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 252, 259, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269

Integração Escolar 77, 82, 83, 238

J

Jornada de trabalho docente 13, 220, 222, 233

M

Metodologia Ativa 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173

Modelagem Matemática 12, 131, 132, 133, 134, 139, 141, 142, 143, 144

Mudança 1, 2, 3, 28, 34, 39, 57, 63, 85, 88, 107, 117, 142, 152, 169, 171, 241, 250, 260, 264

Museu Imaginário 11, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119

O

Oficina de física 94

P

Pandemia 9, 10, 1, 2, 90, 103, 104, 105, 106, 110, 155, 162, 163

Perspectiva Omnilética 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40

Pesquisa em Educação Especial 12, 155

Práticas Pedagógicas 57, 60, 61, 63, 155, 157, 158, 159, 161, 162, 187, 193, 194, 195, 196, 204, 238, 243, 245, 247, 251

Profissionais da educação 11, 40, 157, 191, 195, 223, 225, 236, 239, 240, 241, 242, 245, 263

Programas 54, 87, 134, 135, 220, 229, 231, 262, 264, 270

Projetos 12, 121, 134, 137, 164, 165, 166, 168, 170, 173, 174, 191, 192, 220, 225, 227, 228, 229, 231, 234, 267, 268

Psicologia Escolar 85, 92

Psicologia Histórico-Cultural 56, 61, 176, 177, 178

R

Reflexões 10, 13, 3, 5, 36, 44, 71, 78, 102, 103, 105, 154, 157, 162, 177, 182, 188, 189, 197, 199, 236, 250

Ressignificação 1, 3, 29

S

SAMA 13, 262, 263, 265, 266, 267, 268

São Paulo 13, 4, 29, 30, 43, 55, 66, 83, 92, 102, 110, 111, 112, 119, 130, 137, 144, 154, 163, 173, 174, 176, 185, 197, 198, 207, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 246, 261, 270

Subjetividade 20, 199, 200, 204, 205, 206, 212, 213

T

Tecnologia 10, 12, 1, 2, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 18, 36, 56, 58, 68, 69, 111, 112, 118, 139, 142, 148, 149, 151, 155, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 233

Tecnologia em Análise e Desenvolvimento 164, 165

Tecnologias Digitais 6, 11, 12, 131, 133, 134, 143, 151

Temas geradores 120, 124, 126, 129

Teoria do Agir Comunicativo 236, 239, 245

Trabalho 12, 13, 5, 7, 11, 12, 20, 21, 24, 31, 32, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 45, 48, 54, 55, 56, 61, 64, 67, 73, 74, 75, 76, 80, 82, 86, 89, 90, 91, 94, 95, 101, 104, 106, 110, 113, 114, 118, 121, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 148, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 161, 163, 166, 167, 168, 179, 180, 181, 184, 185, 187, 189, 190, 193, 195, 200, 202, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 241, 243, 244, 246, 247, 249, 250, 251, 255, 259, 260, 262, 267, 268

Transtorno do deficit de atenção 10, 44

Transtorno do Espectro Autista 13, 247, 248, 261

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

3

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

3